

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

**Estudos em homenagem
ao Professor Emérito da PUC/SP**

CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO

**JOSÉ ROBERTO PIMENTA OLIVEIRA
(COORDENADOR)**

ANA JÚLIA ANDRADE VAZ DE LIMA • ANDERSON MEDEIROS BONFIM

ANDRÉ LUIZ FREIRE • ANGÉLICA PETIAN

ANTÔNIO CARLOS ALVES PINTO SERRANO • AUGUSTO NEVES DAL POZZO

CHRISTIANNE DE CARVALHO STROPPA • CLOVIS BEZOS

DANIEL FERREIRA • DINORÁ ADELAIDE MUSETTI GROTTI

GABRIEL MORETTINI E CASTELLA

GABRIEL PINHEIRO CHAGAS • GENILSON RODRIGUES CARREIRO

GEORGHIO ALESSANDRO TOMELIN

GIOVANI TRINDADE CASTANHEIRA FAGG MENICUCCI

HERALDO GARCIA VITTA • JOÃO VICTOR TAVARES GALIL

KARINA HOUAT HARB • LUIS MANUEL FONSECA PIRES

MARCELO LUÍS ABREU E SILVA • MARCIA PELEGRINI

MÁRCIO CAMMAROSANO • MAURÍCIO ZOCKUN

PEDRO ESTEVAM ALVES PINTO SERRANO • PEDRO LUIZ FERREIRA DE ALMEIDA

PERICLES FERREIRA DE ALMEIDA • RAFAEL VALLE VERNASCHI

RAPHAEL DE MATOS CARDOSO • REGIS FERNANDES DE OLIVEIRA

RENAN MARCONDES FACCHINATTO • RENATA FIORI PUCCETTI

RENATA LANE • RICARDO MARCONDES MARTINS

SILVIO LUÍS FERREIRA DA ROCHA

YARA MARTÍNEZ DE CARVALHO E SILVA STROPPA

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR
Estudos em homenagem ao Professor Emérito da PUC/SP
CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO

© JOSÉ ROBERTO PIMENTA OLIVEIRA (COORDENADOR)

Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br

Composição: PC Editorial Ltda.

Capa
Criação: Vânia Lúcia Amato
Arte: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
09.2019

1161774

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 Direito administrativo sancionador : estudos em homenagem ao professor emérito da PUC/SP Celso Antônio Bandeira de Mello / José Roberto Pimenta Oliveira (coordenador). – São Paulo : Malheiros, 2019. 624 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-392-0456-4

1. Direito administrativo - Brasil. 2. Sanções administrativas - Brasil. 3. Garantia (Direito). 4. Corrupção - Legislação. I. Oliveira, José Roberto Pimenta.

CDU 342.9(81)
CDD 342.8106

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito administrativo : Brasil 342.9(81)
(Biblioteca responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

Sumário***Prefácio***

DINORÁ ADELAIDE MUSETTI GROTTI 13

Apresentação

JOSÉ ROBERTO PIMENTA OLIVEIRA 19

Homenagens***O Cidadão n. 1***

WEIDA ZANCANER, CAROLINA ZOCKUN e GABRIELA BANDEIRA DE MELLO 35

Bandeira de Mello: vontade ligada pelo espírito público

GEORGHIO ALESSANDRO TOMELIN 37

Homenagem dos Editores

ÁLVARO MALHEIROS e SUZANA FLEURY MALHEIROS 45

PARTE I – *Princípios fundamentais do Direito Administrativo Sancionador****A civilização repressora e o Direito Sancionador***

REGIS FERNANDES DE OLIVEIRA 49

Direito Público Sancionador

ANDRÉ LUIZ FREIRE 64

Vinte Anos de reflexões acerca das sanções e das infrações administrativas: revolvendo alguns temas polêmicos, complexos e atuais

DANIEL FERREIRA 87

Princípio da legalidade no Direito Administrativo Sancionador

RAFAEL VALLE VERNASCHI 101

Autoritarismo líquido e Direito Administrativo Sancionador: Hipernomia e Exceção

PEDRO ESTEVAM ALVES PINTO SERRANO e ANDERSON MEDEIROS BONFIM 122

O princípio da retroatividade da norma mais benéfica no Direito Administrativo Sancionador

PERICLES FERREIRA DE ALMEIDA 138

Princípio da insignificância e o Direito Administrativo Sancionador

PEDRO LUIZ FERREIRA DE ALMEIDA 160

O Direito Administrativo Sancionador e a individualização da conduta dos agentes sancionados

ANTÔNIO CARLOS ALVES PINTO SERRANO 183

A motivação das decisões administrativas sancionadoras

ANGÉLICA PETIAN 199

<i>Direito Administrativo Sancionador e os princípios da legalidade, devido processo legal e a Súmula Vinculante n. 5, do STF</i>	
MÁRCIO CAMMAROSANO	208
<i>Presunção de inocência no Direito Administrativo Sancionador: contribuições para a configuração da norma</i>	
JOÃO VICTOR TAVARES GALIL	217
<i>O ônus da prova no processo administrativo sancionador e devido processo e legal: autonomia e releitura à luz do sistema acusatório</i>	
MARCELO LUÍS ABREU E SILVA	246
<i>Consensualidade no Direito Administrativo Sancionador: uma outra forma de atuação do poder punitivo estatal</i>	
RENATA LANE	262
<i>O “non bis idem” no Direito Administrativo Sancionador</i>	
GABRIEL PINHEIRO CHAGAS	286
PARTE II – Temas relevantes de Direito Administrativo Sancionador	
<i>A responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado sob a perspectiva do Direito Administrativo Sancionador</i>	
RAPHAEL DE MATOS CARDOSO	303
<i>Da mera voluntariedade ao erro grosseiro: o art. 28 da lei n. 13.655/2018 e os seus reflexos no Direito Administrativo Sancionador</i>	
GENILSON RODRIGUES CARREIRO	329
<i>Medidas cautelares no Direito Administrativo Sancionador: uma análise à luz do Tribunal de Contas da União</i>	
GIOVANI TRINDADE CASTANHEIRA FAGG MENICUCCI	377
<i>A consensualidade como método alternativo para o exercício da competência punitiva dos Tribunais de Contas</i>	
MARCIA PELEGRINI	396
<i>Programas de leniência e integridade como novos instrumentos no Direito Administrativo Sancionador</i>	
MAURÍCIO ZOCKUN e GABRIEL MORETTINI e CASTELLA	414
<i>Programa de compliance no Direito Administrativo Sancionador</i>	
ANA JÚLIA ANDRADE VAZ DE LIMA	438
<i>Sanções contratuais administrativas no Direito Brasileiro</i>	
SILVIO LUÍS FERREIRA DA ROCHA	453
<i>Apontamentos sobre o regime das sanções administrativas em contratos administrativos</i>	
AUGUSTO NEVES DAL POZZO	465
<i>Aspectos controvertidos das sanções aplicáveis pela Administração Pública nos contratos administrativos</i>	
KARINA HOUAT HARB	478

<i>Suspensão preventiva de contratos administrativos sem observância dos princípios norteadores do Direito Sancionador – O caso do Decreto n. 20.381/2018 do Município de São Bernardo do Campo</i>	
CHRISTIANNE DE CARVALHO STROPPA e YARA MARTÍNEZ DE CARVALHO E SILVA STROPPA	499
<i>A perspectiva da culpabilidade na improbidade administrativa</i>	
RENATA FIORI PUCCETTI	513
PARTE III – Interpretação e Legislação Anticorrupção	
<i>Interpretação jurídica e o Direito Administrativo Sancionador</i>	
LUIS MANUEL FONSECA PIRES	529
<i>Disposições finais da Lei de Combate à Corrupção</i>	
RICARDO MARCONDES MARTINS	548
<i>Aplicabilidade das novas normas gerais de Direito Público (Lei 13.655/2018) às relações de Direito Administrativo Sancionador</i>	
RENAN MARCONDES FACCHINATTO	588
<i>Processo Administrativo Disciplinar – Procurador de Estado – Liberdade de exercício da profissão de advogado</i>	
CLOVIS BEZOS	599
<i>Parâmetros jurídicos das penalidades administrativa e criminal por infrações eleitorais</i>	
HERALDO GARCIA VITTA	612